

## Sobre o Emprego de Simulações em Instruções Cooperativas Entre Agências

Ainda que tenha havido, ao longo da evolução das Forças Armadas do Brasil, diversas mudanças de procedimentos táticos visando a adequação às necessidades que foram surgindo ao longo dos séculos, pode-se observar – nos tempos atuais – alguma defasagem na formação individual de combatentes (praças ou oficiais) em áreas básicas de atuação. Isso ocorre, devido à grande dinâmica de conflitos atuais, onde as regras de engajamento variam conforme a localidade de atuação da tropa e as situações de conflito acabam envolvendo perspectivas antes impensáveis, como também por fatores externos de cunho econômico e político. Os contingenciamentos e cortes de orçamento a nível federal, relativo às forças de segurança e defesa nacional, são alguns exemplos disso.

As organizações não podem furtar-se, porém, de buscar o aprimoramento constante da tropa para melhor atender aos anseios do contribuinte, que é a única fonte financiadora e cliente exclusivo destas, esperando serviços prestados com o mais elevado padrão. Sendo assim, a instrução individual básica é o pilar fundamental para esta transformação.

A instrução, a preparação e o aperfeiçoamento do combatente abrangem não só a transmissão de conhecimentos teóricos, como a prática de atividades próprias dos militares e visa tanto desenvolver suas qualidades individuais, como habilitá-lo para atuar em equipes, integrando frações elementares, subunidades e unidades.

O trabalho em equipe, que sempre foi valorizado pelas FA, portanto, já faz parte do conjunto de habilidades necessária para o bom desempenho de tropas. A diferença pontual neste caso é que, se em outros momentos da História esta equipe restringia-se aos pelotões, grupos de combate e esquadras (que fazem parte da organização básica do EB) nos dias atuais ela também abrange entidades externas às forças de Defesa Nacional, com *modus operandi*, visões de mundo, padronizações, TTPs, e outros aspectos que a tropa precisa conhecer para que haja maior harmonia e eficiência nos trabalhos.

Outro fator relevante que aponta como necessária a evolução das táticas de formação básica do combatente individual é a natureza cada vez mais violenta, subversiva, criminosa, e assimétrica das FOROP (Forças Oponentes) que afrontam diariamente as forças de segurança do Brasil, que exigem maior preparo técnico e moral para seu enfrentamento e sucesso em operações. Um documento que foi clandestino durante muitos anos, mas que agora está formalizado e ilustra muito bem a natureza da radicalização de agentes criminosos assimétricos no Brasil, é o Manual do Guerrilheiro Urbano, escrito no ano de 1969 pelo guerrilheiro Carlos Marighela.

A crise estrutural crônica característica do Brasil de hoje, e sua resultante instabilidade política, são as razões pelo abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural. A guerra guerrilheira urbana ou a guerra psicológica na cidade depende da guerrilha urbana.

Neste trecho, fica evidente a motivação e o refino dos métodos utilizados por APOPs (Agentes Perturbadores da Ordem Pública), num processo de evolução doutrinária que remonta épocas anteriores à década de 60 no Brasil, e que colaborou enormemente para o Crime Organizado. Este documento foi amplamente divulgado e utilizado por organizações terroristas e subversivas no mundo inteiro, como pôde-se perceber *a posteriori*.

Além disso, as regras de engajamento baseadas no DICA, que visam limitar a letalidade do emprego da força, de tal forma a evitar danos colaterais à sociedade civil e inocentes que se encontram nas áreas de operações, também induz a tropa a adquirir conhecimentos táticos diversos para que melhor opere dentro das normas legais.

As instruções interagências são, portanto, um importante instrumento no atingir destes objetivos.